



DISCIPLINA: Política de transição Justa: Inteligência Artificial e Transição Energética (conceitos, interfaces e desafios).

Professoras

Dra. Monica Sapucaia (professora principal)

Dra. Paula Brasil (professora assistente)

Encontros remotos

13/05/2025 – 19h00 às 21h30

03/06/2025 – 19h00 às 21h30

Encontros presenciais

22/05/2025 – 13h00 às 20h30

23/05/2025 – 13h00 às 16h30

12/06/2025 – 13h00 às 20h30

13/06/2025 – 13h00 às 16h30

Ementa

A disciplina analisa criticamente o conceito de “transição justa” no contexto das transformações energéticas e digitais, com ênfase na articulação entre justiça ambiental, social, econômica e tecnológica. A partir das perspectivas da teoria trivalente de Nancy Fraser, dos pilares da Justiça de Transição e da Teoria do Direito dos Desastres, examina-se a reprodução de desigualdades nas políticas públicas de transição.

Combinando fundamentação teórica, estudos de caso e análise de experiências internacionais, a disciplina aborda temas como memória histórica, educação, reforma institucional, governança algorítmica, desastres socioambientais e impactos da inteligência artificial.

A transição justa é tratada como oportunidade de reconfiguração das estruturas históricas de desigualdade, e não apenas como resposta econômica à emergência climática. O enfoque pedagógico integra teoria e prática, orientando a formulação crítica de propostas para políticas públicas inovadoras.

Objetivos de aprendizagem

- Compreender criticamente a evolução histórica e conceitual do termo "transição justa", identificando seus significados, aplicações e limites na esfera política, social e econômica, com ênfase na emergência das tecnologias digitais e energéticas contemporâneas.
- Relacionar os impactos da revolução digital e da transição energética com desigualdades sociais, institucionais e territoriais.
- Avaliar como a emergência e o protagonismo da Inteligência Artificial (IA) e da Indústria 4.0 redefinem drasticamente os desafios políticos e éticos das políticas públicas de transição energética e tecnológica.
- Desenvolver uma abordagem interdisciplinar robusta, indo além das abordagens tradicionais restritas, utilizando a teoria trivalente da justiça (Nancy Fraser), os pilares da justiça de transição e as fases do Direito dos Desastres para propor políticas públicas efetivamente inclusivas e transformadoras.
- Capacitar os alunos para pensarem e proporem políticas públicas inovadoras que articulem o enfrentamento às mudanças climáticas e tecnológicas com profundas reformas institucionais, sociais e políticas, superando visões limitadas e construindo novas práticas inclusivas, sustentáveis e genuinamente justas.



Terça de
19h00 às
21h30

Quinta de
13h00 às
20h30

Sexta de
13h00 às
16h30

Metodologia de Ensino e Avaliação

- Aulas expositivas e dirigidas (remotas e presenciais)
- Leituras obrigatórias e comentadas em aula
- Estudos de caso orientados por interface com três matrizes teóricas: Justiça Trivalente de Nancy Fraser, Justiça de Transição, Direito dos Desastres
- Seminários de apresentação crítica dos casos escolhidos pelos grupos
- Reflexão escrita individual após os encontros
- Trabalho coletivo propositivo com base em casos selecionados

Terça (on line) Aulas expositivas e dirigidas

Quinta e Sexta-feira: apresentações dialogadas e seminários, debate dirigido.

[LINK DO DRIVE – ACESSE AQUI](#)

Avaliação:

Critério de aprovação: mínimo de 60% de aproveitamento e 75% de presença.

EM GRUPO (30%): Seminário temático final (casos aplicados com teorias);

EM GRUPO (20%): Entrega de perguntas e respostas orientadas pelos textos;

INDIVIDUAL (40%): Entregas escritas sobre os encontros e textos (são 4 entregas obrigatórias Entrega das principais considerações sobre os textos e aula on-line, a ser feito até o início da aula de quinta-feira, portanto, até 13h00 de 22 de maio e 12 de junho); bem como e entrega de considerações por escrito, na segunda-feira seguinte aos encontros presenciais (até as 23h59 dos dias 26 de maio e 15 de junho, respectivamente);

INDIVIDUAL (10%): Participação em aula e engajamento nas discussões.



Míni currículo das professoras

PROFESSORA DRA. MONICA SAPUCAIA MACHADO (principal)



Doutora e Mestre em Direito Político e Econômico (Mackenzie/SP), com títulos reconhecidos pela Universidade Nova de Lisboa. Possui Pós-Graduação em Administração Pública (FGV/RJ- 2008) e Graduação em Direito (PUC/RJ- 2005). Atualmente, é Professora Permanente e Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Direito no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). É autora do livro *Direito das Mulheres: Educação Superior, Trabalho e Autonomia* e coordenadora da coletânea *Women's Rights*. Desenvolve pesquisas financiadas pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), focadas em políticas públicas de educação para a formação de mão de obra qualificada na indústria verde e na análise das oportunidades da revolução 4.0 no Brasil e na América Latina, com comparações a modelos europeus. É Conselheira do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos da FIESP (CONJUR), onde contribui para o debate sobre desenvolvimento jurídico e econômico, e Conselheira do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior (2024-2028).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5593432964417622>

PROFESSORA DRA. PAULA BRASIL (assistente)



Doutora em Direito Político e Econômico (Mackenzie/SP), Mestre em Direito Público (Unisinos/RS), Especialista em Gestão Pública (Unifesp) e Direito Digital e Proteção de dados (IDP/Bsb) Bacharel em Direito (UFU). Advogada. Professora dos cursos de Direito e Economia da ESEG (Grupo Etapa) e do IDP/SP. CoFundadora da FADDH - Frente Ampla Democrática pelos Direitos Humanos. Membro da Rede LAREF - Rede Acadêmica Latino-americana sobre Direito e Integração das Pessoas Refugiadas e RELATE *Refugee Law Teaching Support Initiative*. Integra o grupo de pesquisa Direitos Humanos e Vulnerabilidades da UniSantos.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9289678962252034>

Organização geral dos encontros (resumo visual):

Encontro	Data	Modalidade	Temas abordados
1	13/05	Remoto	Introdução conceitual, histórico, desafios atuais
2	22/05	Presencial	Modelos internacionais (parte 1), IA e Indústria 4.0 (parte 2)
3	23/05	Presencial	Transição Justa – Interface teórica (Justiça trivalente, Nancy Fraser)
4	03/06	Remoto	Transição Justa – Interface estrutural (pilares da Justiça de Transição)
5	12/06	Presencial	Direito dos Desastres (parte 1), Futuro da Transição Justa (parte 2)
6	13/06	Presencial	Seminários Integradores de encerramento

Encontro I (remoto) (13/05)

TEMA: **Ontologia da Transição Justa: O que é (e o que não é)? Construção histórica e desafios conceituais**

- Histórico do conceito: movimentos sociais, ambientais e laborais (Rio 92, Kyoto, Paris, Agenda 2030).
- Da economia verde à justiça climática: diferenças conceituais fundamentais.
- Regulações internacionais e implicações jurídicas profundas.
- IA e novas tecnologias: Por que redefinir o que entendemos como "transição justa" é uma necessidade urgente?
- Discussão conceitual e crítica sobre limites e potencialidades do termo "transição justa".

Objetivo: Clarificar a origem e os significados atribuídos à Transição Justa, estabelecendo as bases conceituais para o aprofundamento subsequente.

Leituras obrigatórias

ÁLVAREZ CUESTA, Henar. Transición justa y lucha contra el cambio climático en el Pacto Verde Europeo en el Proyecto de Ley de Cambio Climático en España. IUSLabor, v. 2, p. 74-100, 2020.

MACHADO, Monica Sapucaia et al. Transição justa como direito fundamental e transversal. Brasília: OEI. Cátedra Elena Piscopia, 2025.

WANG, Xinxin; LO, Kevin. *Just transition: A conceptual review*. Energy Research & Social Science, [S.l.], v. 82, p. 102291, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102291>. Acesso em: fev. 2025.

Encontro II (presencial) (22/05) quinta-feira

TEMA: **Modelos Internacionais e Implementações práticas**

- Modelos e práticas na União Europeia, EUA, China e Brasil.
- As limitações e potencialidades atuais dos modelos adotados.
- Onde está a Inteligência Artificial nestes modelos? (incluir aqui discussão introdutória sobre potencial e lacunas no uso da IA para monitorar, avaliar e melhorar políticas de transição justa).

TEMA: **Inteligência Artificial e Indústria 4.0: vulnerabilidades emergentes e desafios para a transição justa**

- Emergência e expansão da IA: impactos transformadores sobre o mercado de trabalho, exclusão digital, vigilância social e reprodução de desigualdades.
- Indústria 4.0: como a automação baseada em IA altera o panorama do emprego e das economias locais, regionais e globais?
- Vulnerabilidades latentes e emergentes com uso intensivo de IA: polarização econômica, precarização do trabalho, novas formas de exclusão digital e perda da autonomia humana.
- IA como ferramenta de governança da transição justa: monitoramento, diagnóstico e gestão proativa das desigualdades sociais e ambientais.

Objetivo específico aprofundado: *Objetivo:* Avaliar comparativamente diferentes modelos práticos de transição justa, identificando boas práticas e desafios específicos. Identificar e discutir criticamente como a indústria 4.0 agrava ou mitiga desigualdades, ressaltando a urgência de uma transição justa abrangente.



Avaliar criticamente os desafios colocados pela IA e automação avançada da Indústria 4.0 para a implementação de políticas efetivamente justas e inclusivas, discutindo os dilemas éticos, sociais e econômicos que emergem da adoção dessas tecnologias.

Leituras obrigatórias

AI NOW INSTITUTE. Climate justice and labor rights. New York: AI Now Institute, 2023. Disponível em: <https://ainowinstitute.org/publications/climate-justice-and-labor-rights-part-i-ai-supply-chains-and-workflows>. Acesso em: 03 abr. 2025.

HENRY, Matthew S.; BAZILIAN, Morgan D.; MARKUSON, Chris. Just transitions: histories and futures in a post-COVID world. *Energy Research & Social Science*, v. 68, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101668>. Acesso em: 03 abr. 2025.

OECD. The state of implementation of the OECD AI Principles four years on. *OECD Artificial Intelligence Papers*, No. 3, Oct. 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/going-digital/ai/principles/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

TRF-LAC – Transparency and Responsible AI Forum for Latin America and the Caribbean. Regional AI Public Policy Report: Regulatory Mapping on Artificial Intelligence in Latin America. June 2024. Disponível em: <https://trf-lac.org/reports/regional-ai-mapping-2024.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.

STARK, Anthony; GALE, Fred; MURPHY-GREGORY, Hannah. Just transitions' meanings: A systematic review. *Society & Natural Resources*, v. 36, n. 10, p. 1277–1297, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/08941920.2023.2207166>. Acesso em: fev. 2025.

Encontro III (presencial) (23/05) sexta-feira

TEMA: Interface Teórica: Transição “Justa”: de qual justiça estamos falando? (interface com a teoria da Justiça Trivalente de Nancy Fraser)

- Redistribuição econômica, reconhecimento simbólico e representação política
- Aplicação da justiça trivalente nas políticas de transição energética e tecnológica
- Análise crítica sobre como as políticas atuais de transição justa incorporam (ou falham em incorporar) esses três aspectos
- Reconhecimento simbólico: representações sociais e narrativas construídas sobre IA e tecnologias verdes.

Objetivo: Explorar profundamente a proposta de Fraser para enriquecer a compreensão sobre justiça nas transições. **Justiça Trivalente de Nancy Fraser e os fundamentos para uma transição justa ampliada.** Redistribuição econômica: IA e novas assimetrias de poder econômico.

Leituras obrigatórias

FRASER, N. 2001. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, J. (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB.

FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: ABREU, Maria Aparecida (org.). Redistribuição, reconhecimento e representação. Brasília: IPEA, 2011.

FRASER, Nancy. Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 161-185, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10986>



Encontro IV (remoto) (03/06) terça-feira

TEMA: Interface Teórica: Transição Justa e Justiça de Transição

- Os cinco pilares da Justiça de Transição (Verdade, Memória, Educação, Reparação, Reforma Institucional)
- Como esses pilares podem orientar políticas de transição energética e tecnológica
- O que significa "reparação" e "reforma institucional" no contexto das transições tecnológicas e climáticas?

Objetivo: Estabelecer pontes entre os fundamentos da justiça de transição histórica e as necessidades contemporâneas de transições energéticas e tecnológicas. Pretende-se entender como a Verdade, Memória, Educação, Reparação e Reforma Institucional podem ser pilares também em contexto de mudanças climáticas e tecnológicas. Pretende-se discutir como a IA pode apoiar ou prejudicar cada um desses pilares? (e.g., uso da IA na preservação da memória histórica, potencial para disseminação de informação e educação em larga escala, monitoramento ético e reparação efetiva de danos sociais).

Leituras obrigatórias

ACCA, Thiago dos Santos et al. Direito à memória e garantia de não repetição. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

Dossiê: Justiça de Transição, Experiências Autoritárias e Democracia. Entrevista com Paulo Abrão. Estudos Ibero-Americanos, vol. 45, núm. 3, pp. 76-89, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134662365007/html>

GENRO, Tarso & ABRÃO, Paulo. Os Direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Forum, 2012. (pdf será oferecido)

LIMA, Presleyson Plínio de et al. Inclusão digital e educação: equidade e acesso. Revista Internacional de Estudos Científicos, v. 1, n. 2, 2023.

Encontro V (presencial) (12/06 – quinta-feira)

TEMA: Direito dos Desastres e Transição Justa: Uma abordagem emergencial

- Aplicação das fases do Direito dos Desastres: prevenção, mitigação, resposta e recuperação nas políticas de transição energética e tecnológica.
- Lições do Direito dos Desastres para governança em mudanças climáticas e tecnológicas
- Gerenciando riscos e incertezas na sociedade contemporânea (Ulrich Beck e sociedade de risco)
- Análise crítica: como prevenir que as políticas de transição justa se tornem "desastres institucionais"

Objetivo: Explorar como o Direito dos Desastres pode fundamentar uma política robusta de transição justa, especialmente em situações emergenciais e disruptivas. Pretende-se, também, estudar a IA e gestão de riscos: modelos preditivos, monitoramento inteligente e resposta rápida a eventos disruptivos. Riscos éticos da governança algorítmica e uso indiscriminado da IA em contextos de crise.



Leituras obrigatórias:

CARVALHO, Delton Winter. Desastres Ambientais e Sua Regulação Jurídica. 2. Ed. RT, 2020. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Desastres-Ambientais-Regula%C3%A7%C3%A3o-Jur%C3%ADica-Edi%C3%A7%C3%A3o/dp/6550652812/ref=pd_lpo_1?pd_rd_i=6550652812&psc=1&asin=B08R7SCLNY&revisionId=&format=2&depth=1.

FRANCK JUNIOR, Wilson et al. Direito dos desastres como arcabouço teórico-jurídico. Veredas do Direito, v. 21, 2024.

WERCHICK, Robert. (In)justa dos desastres: perspectivas interdisciplinares e críticas sobre a atuação estatal e a vulnerabilidade social. In: DAMACENA, Fernanda Dalla Libera; CARVALHO, Delton Winter de (orgs.). Estudos aprofundados em Direito dos desastres: interfaces comparadas. Curitiba: Appris, 2019.

O que pode(ria) ser uma transição justa? Objetivos, pilares e desafios

- Definição ampliada e multidimensional de transição justa
- Objetivos de desenvolvimento sustentável e justiça social
- Desafios: Financiamento, formação profissional, inclusão social e política - Desafios estruturais, institucionais e políticos para tornar as políticas de transição efetivamente inclusivas, sustentáveis e transformadoras.
- Abordagem crítica sobre como evitar reproduzir desigualdades pré-existentes e quais pilares deveriam sustentar uma transição justa real

Objetivo: Refletir criticamente sobre as aspirações futuras e desafios concretos que as políticas de transição justa precisam enfrentar. O que pode(ria) ser uma transição justa real: objetivos ampliados e abordagens interdisciplinares robustas. IA como vetor potencializador de inclusão social e redução de desigualdades: políticas inovadoras e responsabilidade algorítmica. Propor uma reflexão crítica e construtiva sobre quais devem ser os objetivos e os desafios de uma nova geração de políticas públicas para uma transição justa real e inclusiva.

PERGUNTAS: Que futuro desejamos construir com políticas de transição justa? IA como ferramenta de inclusão social ou reforço da exclusão? Desafios estruturais para tornar políticas realmente transformadoras e justas.

Leituras Obrigatórias:

ATTERIDGE, Aaron & STRAMBO, Claudia. Seven principles to realize a just transition to a low-carbon economy. Stockholm Environment Institute, 2020.

Axon, S., & Morrissey, J. Just energy transitions? Social inequities, vulnerabilities and unintended consequences. Buildings and Cities, 1(1), (2020). pp. 393–411. DOI: <https://doi.org/10.5334/bc.14>.

CPTEn – Centro Paulista de Estudos da Transição Energética. *Transição energética e educação*. Campinas: Unicamp, 2023. Disponível em: <https://www.cpten.unicamp.br>. E também ver: <https://cpten.unicamp.br/eixos-tematicos/inteligencia-artificial-e-ciencia-de-dados-para-gestao-de-energia/> e também: <https://cpten.unicamp.br/eixos-tematicos/inovacao-para-municipios-inteligentes/> Acesso em: 03 abr. 2025.

STEIN, Guilherme de Queiroz. Estudo mostra que países democráticos tendem a avançar mais rapidamente na transição energética. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 17 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/estudo-mostra-que-paises-democraticos-tendem-a-avancar-mais-rapidamente-na-transicao-energetica>. Acesso em: 03 abr. 2025.



SUGESTÃO DE TEMAS PARA OS SEMINÁRIOS – FORMAÇÃO DE GRUPOS (3 a 5 grupos)

Seminário 1: Caso Brumadinho e Mariana: desastres anunciados e injustiça territorial

Seminário 2: Caso Guerra Rússia/Ucrânia: retrocesso da transição verde na Europa

Seminário 3: Reconhecimento facial e exclusão digital no Brasil

Seminário 4: Caso China: Transição energética e autoritarismo digital

Seminário 5: Transição energética e justiça territorial no Brasil: o caso do Instituto Pólis

Seminário 6: Amazoniza-te: Transição ecológica ou colonialismo verde?

Seminário 7: Equidade de gênero e transição justa: uma relação essencial, não acessória

Encontro VI (presencial) (13/06 – sexta-feira)

TEMA: Seminário de Encerramento: Para uma nova teoria/prática da Transição Justa

- Apresentações/discussões dos estudantes com propostas integrativas (ontológicas, teleológicas e ideológicas)
- Debate coletivo: como unir as perspectivas da justiça trivalente, justiça de transição, direito dos desastres e as necessidades sociais atuais?
- Propostas práticas de políticas públicas para uma transição justa inovadora, inclusiva e realmente transformadora

Objetivo: Sintetizar aprendizados e debater propostas práticas e teóricas inovadoras sobre o tema, fortalecendo a capacidade crítica e propositiva dos mestrandos. Debate sobre novas práticas, diretrizes e políticas públicas que vão além do modelo liberal restritivo e propõem um marco institucional transformador, ético e profundamente inclusivo.

Leituras obrigatórias:

HENRY, Matthew S.; BAZILIAN, Morgan D.; MARKUSON, Chris. **Just transitions: histories and futures in a post-COVID world.** Energy Research & Social Science, v. 68, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101668>. Acesso em: 03 abr. 2025.

KNEESE, Tamara. **Climate justice & labor rights.** New York: AI Now Institute, 2023. Disponível em: <https://ainowinstitute.org/reports/climate-justice-labor-2023.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.



LEITURAS COMPLEMENTARES:

ACCESS NOW. Regulatory Mapping on Artificial Intelligence in Latin America: Regional AI Public Policy Report. Jul. 2024.

ALCARAZ SALGADO, Maria Hylma. La transición energética en el contexto constitucional español. Revista de Direito Público (RDP), Brasília, v. 21, n. 111, p. 176–195, ago./out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i111.7956>. Acesso em: fev. 2025.

ALLEN, Elizabeth; LYONS, Hannah; STEPHENS, Jennie C. Women’s leadership in renewable transformation, energy justice and energy democracy: redistributing power. Energy Research & Social Science, v. 57, p. 101233, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.101233>. Acesso em: fev. 2025.

ÁLVAREZ, César; PUCHETA, Mauro; BERTRANOU, Camila. La dimensión social de la transición justa en las experiencias europeas: retos y buenas prácticas para Chile y América Latina. Un estudio comparado. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2023. (Documentos de Proyectos, LC/TS.2023/87). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones>. Acesso em: fev. 2025.

ARIAS, Alba; HUSIEV, Oleksandr; SCHWALLER, Corinne; STURM, Ulrike. Terminologies and concepts of energy cooperations in Europe: a systematic review of characteristics, potentials, and challenges. Energy Research & Social Science, v. 122, p. 104012, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2025.104012>. Acesso em: fev. 2025.

ATTERIDGE, Aaron & STRAMBO, Claudia. Seven principles to realize a just transition to a low-carbon economy. Stockholm Environment Institute, 2020.

AXON, Stephen; MORRISSEY, John. Just energy transitions? Social inequities, vulnerabilities and unintended consequences. Buildings and Cities, v. 1, n. 1, p. 393–411, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5334/bc.14>.

BRASIL, ARABUTÃ. Plano de Contingência da Assistência Social – PLANCON. Arabutã – SC, 2024.

BRISLEY, Adam; CONSIDINE, Mark; MORRISON, Greg; PEARSALL, Hannah. A “spatially just” transition? A critical review of regional equity in decarbonisation pathways. Energy Research & Social Science, v. 88, p. 102630, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2022.102630>. Acesso em: fev. 2025.

CENTRO PAULISTA DE ESTUDOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (CPTEn). Transição energética e educação. Campinas: UNICAMP, 2023. Disponível em: <https://cpten.unicamp.br/wp-content/uploads/2024/11/Cartilha-CPTEn-Transicao-Energetica-e-Educacao.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.

ESPAÑA. Real Decreto n. 179/2021, de 23 de marzo, por el que se aprueba el Estatuto del Instituto para la Transición Justa, O.A. Boletín Oficial del Estado, Madrid, n. 72, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2021-4630>. Acesso em: fev. 2025.

FERREIRA, Victor Campos; FREIRIA, Rafael Costa; PIRES, Marta Silveiro Guilherme; QUINTANA, Gabriel de Oliveira. O Plano de Ação Climática 2050 como norteador de políticas públicas no Estado de São Paulo. Revista de Direito Público (RDP), Brasília, v. 21, n. 111, p. 66–91, ago./out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i111.7917>. Acesso em: fev. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. Resolução CEFONTE nº 1, de 13 de janeiro de 2025. Brasília: Imprensa Nacional, 2025.

FRANZOLIN, Cláudio José; KLINGOR, Bruna dos Anjos; BROLLO, Maria Eduarda Ardinghi. Pobreza energética do cidadão e sua vulnerabilidade diante de uma necessária transição energética. Revista de Direito Público (RDP), Brasília, v. 21, n. 111, p. 92–115, ago./out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i111.7936>. Acesso em: fev. 2025.



FRASER, Nancy. Entrevista: “O neoliberalismo não se legitima mais. As pessoas querem a proteção do Estado”. ANPOF, 2020. Disponível em: <https://anpof.org.br/comunicacoes/entrevistas>. Acesso em: 03 abr. 2025.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-23, 2006.

GOMES, Eduardo. Relator apresenta relatório atualizado sobre regulamentação da IA. Senado Notícias, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/04/relator-apresenta-relatorio-atualizado-sobre-regulamentacao-da-ia>.

ITUC. INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION; BSR. Who is included in a just transition? A framework for social dialogue in climate policies. Brussels/San Francisco: ITUC/BSR, 2022. A Framework for Social Dialogue in Climate Policies. International Trade Union Confederation / BSR, 2022.

KATZ, Joshua et al. What are natural climate solutions? McKinsey & Company, nov. 2024. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/mckinsey-explainers/what-are-natural-climate-solutions>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MACHADO, Monica Sapucaia et al. Transição justa como direito fundamental e transversal. Brasília: OEI. Cátedra Elena Piscopia, 2025.

McCAULEY, Darren; HEFFRON, Raphael. Just Transition: A Critical Review. Energy Policy, 2018.

MENDONÇA, Samuel; MENEZES, Daniel Francisco Nagao; SILVA, Luiz Carlos Pereira da; GONZÁLEZ RIVERA, Tatiana Vanessa. Inovação regulatória na transição energética: cientificidade do direito e políticas públicas. Revista de Direito Público (RDP), Brasília, v. 21, n. 111, p. 7–18, ago./out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i111.8156>. Acesso em: fev. 2025.

OECD. Artificial Intelligence Principles: Four Years On. OECD AI Papers, No. 3, Oct. 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/the-state-of-implementation-of-the-oecd-ai-principles-four-years-on_835641c9-en.html. Ver também: <https://oecd.ai/en/>

PEREIRA, Lauro Borges; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Teoria da agência e descentralização no setor de energia elétrica: os casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Direito Público (RDP), Brasília, v. 21, n. 111, p. 19–39, ago./out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i111.7893>. Acesso em: fev. 2025.

SMITH, Samantha. Just transition: A report for the OECD. Just Transition Centre, 2017. Disponível em: <https://www.ituc-csi.org/just-transition-centre>. Acesso em: fev. 2025.

STEIN, Guilherme de Queiroz. Estudo mostra que países democráticos tendem a avançar mais rapidamente na transição energética. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 17 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/estudo-mostra-que-paises-democraticos-tendem-a-avancar-mais-rapidamente-na-transicao-energetica>.

WIND ENERGY: A GENDER PERSPECTIVE. International Renewable Energy Agency (IRENA), 2020.



LINHAS GERAIS DOS TEMAS PARA SEMINÁRIOS

Seminário 1 – Brumadinho e Mariana: desastres anunciados e injustiça territorial

Foco: Mineração, colapso ambiental, responsabilização corporativa, ausência de memória e participação

Eixos teóricos: Direito dos Desastres + Justiça de Transição (verdade, memória, reparação)

Objetivo: Analisar como as reparações foram conduzidas de forma hierárquica e desconectada das vítimas. Discutir como a ausência de escuta territorial compromete a justiça.

Fontes sugeridas: ACCA (FGV), Damacena (Justiça dos Desastres), Plano de Reparação da Vale

Seminário 2 – Guerra Rússia/Ucrânia: retrocesso da transição verde na Europa

Foco: Dependência energética, retorno ao carvão, dilemas da soberania energética

Eixos teóricos: Justiça Trivalente + Direito Internacional Ambiental

Objetivo: Avaliar como conflitos geopolíticos impactam políticas ambientais e revelam a fragilidade de compromissos com a transição justa

Fontes sugeridas: Relatórios da Agência Internacional de Energia (AIE), discursos da UE pós-2022, dados sobre aumento do uso de carvão

Seminário 3 – Reconhecimento facial e exclusão digital no Brasil

Foco: Racismo algorítmico, controle penal, invisibilidade social de populações negras e periféricas

Eixos teóricos: Justiça Trivalente (reconhecimento e representação) + Governança Algorítmica

Objetivo: Discutir como o uso da IA pode aprofundar desigualdades históricas e violar direitos humanos sob a lógica de “eficiência”

Fontes sugeridas: Relatórios da Rede de Observatórios da Segurança, Artigos do IBPAD e do CESeC

Seminário 4 – China: Transição energética e autoritarismo digital

Foco: Expansão de energias limpas com forte aparato de vigilância social e controle de dados

Eixos teóricos: Eficiência vs. Liberdade + Justiça Trivalente (representação política)

Objetivo: Problematizar a ideia de que é possível alcançar metas climáticas sem democracia e transparência pública

Fontes sugeridas: Textos da IEA sobre China, artigos sobre crédito social e censura algorítmica

Seminário 5 – Transição energética e justiça territorial no Brasil: o caso do Instituto Pólis

Foco: Projetos locais de transição energética participativa (ex: bairros solares, urbanismo ecológico)

Eixos teóricos: Justiça de Transição (educação, reforma institucional) + Justiça Trivalente

Objetivo: Analisar como propostas territorializadas e pedagógicas promovem inclusão social na transição energética

Fontes sugeridas: Publicações do Instituto Pólis (ex: “Transição energética e justiça urbana”), projetos de bairros solares em periferias urbanas

Seminário 6 – Amazoniza-te: Transição ecológica ou colonialismo verde?

Foco: Interesses internacionais sobre a Amazônia, mercado de carbono e violência territorial

Eixos teóricos: Justiça Trivalente + Direitos dos Povos Tradicionais + Direito dos Desastres

Objetivo: Discutir a tensão entre conservação ambiental e soberania dos povos locais, especialmente indígenas e ribeirinhos

Fontes sugeridas: Textos da COIAB, FASE, estudo da MapBiomias sobre injustiça fundiária e créditos de carbono

Seminário 7: Equidade de gênero e transição justa – uma relação essencial, não acessória

Foco: Invisibilidade das mulheres nas políticas de transição energética e digital

Eixos teóricos: Justiça trivalente (Fraser), interseccionalidade, justiça de transição

Objetivo: Analisar como gênero estrutura desigualdades nos processos de transição e propor políticas reparadoras e participativas

Fontes sugeridas: MACHADO, Monica Sapucaia. *Transição justa e gênero em tempos disruptivos*. IRENA. *Wind energy: a gender perspective*, 2020. who is included in a just transition? ITUC / BSR, 2022